



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Av. Paulista, 1842 - Bairro Bela Vista - CEP 01310-936 - São Paulo - SP - www.trf3.jus.br
11º andar. Cj 115. Torre Norte

ETP - LEI 14.133/2021 - RES. 587/2023 - TRF3 (11889703)

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP - LEI 14.133/2021

versão OUTUBRO/2024

1. Descrição da necessidade da contratação e justificativa

Trata-se de provimento de seguro patrimonial para os imóveis e seus conteúdos (bens móveis) em uso pelo TRF 3ª Região.

A contratação dos serviços descritos neste instrumento justifica-se para atender as necessidades de preservação do patrimônio público, por meio de recebimento de indenização em virtude de eventuais prejuízos de natureza econômica originados de sinistros, cujos montantes financeiros possam causar enorme dispêndio à sociedade.

Nesta senda, veja-se que a formalização do instrumento ora proposto é de importância ainda maior em tempos de restrição orçamentária, repelindo a chance de que este Tribunal eventualmente tenha de alocar quantias significativas para suprir danos causados por fatores extremos.

Considerando que a vigência da última Apólice nº 02852.2023.0001.0196.0003837 (doc.10008704) firmada com a AXA SEGUROS S.A., CNPJ nº 19.323.190/0001-06 venceu em 24/07/2024, tendo, recentemente, a sua vigência prorrogada excepcionalmente, através do Termo Aditivo nº 04.013.16.2019 ao Contrato nº 04.013.10.2019 (doc. 11030773), até **24/07/2025** (doc. 11665328), a contratação se mostra imprescindível para garantia da continuidade da segurança patrimonial, material e humana do TRF 3ª Região, guardando a Administração de prejuízos decorrentes de eventuais sinistros e indenizações por responsabilidade civil.

2. Contratação de menor complexidade - Adoção ou não do ETP simplificado

A contratação não se enquadra como de menor complexidade, portanto não será adotado o ETP simplificado.

Ademais, registra-se que não foi utilizada a faculdade prevista no art. 16 da Resolução PRES nº 587/2023, visto que o módulo de ETP digital ainda não se encontra disponível para consulta pelos servidores das áreas demandante e requisitante. Em processos futuros, serão adotadas as medidas necessárias para liberar o acesso e permitir que as consultas sejam realizadas, contribuindo assim para um melhor embasamento na modelagem dos processos.

3. Levantamento de mercado

3.1 Detalhamento da análise das soluções

Em análise das soluções obtidas por meio de pesquisas realizadas através do Sistema Banco de Preços, Sistema de Compras do Governo Federal (Painel de Preços) e Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) verificou-se que as contratações de seguro patrimonial (bens imóveis e seus conteúdos) apresentam uma personalização das apólices, em que as seguradoras ajustam as coberturas e condições contratuais às necessidades específicas dos órgãos públicos, incluindo coberturas adicionais e a negociação de cláusulas flexíveis.

Estas contratações envolvem questões que dependem das características, condições e perfis específicos dos órgãos públicos e dos bens a serem segurados. A determinação de tais questões procede ao conhecimento de alguns conceitos básicos, conforme a seguir:

- **APÓLICE:** documento por meio do qual a seguradora formaliza a aceitação do seguro, definindo e regulando as relações entre as partes, estabelecendo os recíprocos direitos e obrigações, condições pactuadas e vigência; a ele se agregando a proposta, a ficha de informações e outros documentos que deram origem à contratação, além de eventuais endossos.
- **SEGURO DE RISCOS NOMEADOS** é uma modalidade de seguro que cobre perdas e danos patrimoniais específicos, previamente identificados na apólice.
- **SEGURO “ALL RISKS” (TODOS OS RISCOS):** cobre qualquer evento não excluído explicitamente, o seguro de riscos nomeados cobre apenas os eventos listados na apólice. É uma modalidade de seguro que oferece uma cobertura abrangente, protegendo contra uma ampla gama de riscos, exceto aqueles especificamente excluídos na apólice.
- **COBERTURA BÁSICA:** a cobertura principal de um seguro (ramo) é básica porque sem ela não é possível emitir uma apólice.
- **COBERTURAS ADICIONAIS OU ACESSÓRIAS:** são agregadas à cobertura básica.
- **LIMITE MÁXIMO DE INDENIZAÇÃO (LMI):** é o valor máximo a ser pago pela seguradora com base na apólice, resultante de um determinado sinistro ou série de sinistros ocorridos durante a vigência da mesma e garantidos pela cobertura contratada. Determina o nível de proteção financeira disponível em caso de eventos adversos, podendo ser indicado separadamente para prédio ou conteúdo ou um LMI único para ambos, quando for o caso.
- **FRANQUIA/PARTICIPAÇÃO OBRIGATORIA DO SEGURADO (POS):** valor expressamente definido no contrato de seguro, para cada cobertura prevista, representando a participação do segurado nos prejuízos resultantes de cada sinistro.
- **SEGURO A PRIMEIRO RISCO ABSOLUTO:** forma de contratação através da qual a seguradora responde integralmente pelos prejuízos indenizáveis, independentemente dos valores em risco dos objetos segurados, até o montante dos Limites Máximos de Indenização de cada cobertura, respeitados o Limite Máximo de Garantia da Apólice e a franquias correspondente, não se aplicando, portanto, a cláusula de rateio.
- **SEGURO A PRIMEIRO RISCO RELATIVO:** forma de contratação pela qual são indenizados os prejuízos cobertos até o valor do Limite Máximo de Indenização da respectiva cobertura aplicável, desde que o Valor Total em Risco apurado no momento do sinistro não ultrapasse o Valor Total em Risco declarado na apólice. Se este último montante for ultrapassado, o segurado participará dos prejuízos em rateio, como se o seguro fosse proporcional.
- **INDENIZAÇÃO:** valor que a seguradora deverá pagar ao segurado ou, quando for o caso, ao beneficiário, no caso da efetivação do risco coberto previsto e contratado nesta apólice, limitado ao Limite Máximo de Indenização da respectiva cobertura contratada e ao valor das perdas apuradas no momento do sinistro.
- **PRÊMIO:** importância paga pelo segurado ou estipulante/proponente à seguradora em contrapartida à aceitação e cobertura do risco a que ele está exposto.

Solução 1: Contratação de seguro patrimonial com cobertura para os bens imóveis e seus conteúdos (bens móveis), adotando-se a seguinte modelagem:

Apólice única, seguro de riscos nomeados com coberturas básicas e adicionais, considerando um **Limite Máximo de Indenização** e franquias/P.O.S aplicadas às coberturas, primeiro risco relativo aplicado à cobertura básica e primeiro risco absoluto aplicado às coberturas adicionais.

Esta solução tem por objetivo a indenização, até os Limites Máximos de Indenização e/ou sublimites estabelecidos (caso estes sejam inferiores ao valor unitário dos bens segurados e sejam aplicados), sob as condições expressas e obrigatoriamente convencionadas em apólice única, por meio de pagamento e/ou reembolso dos prejuízos consequentes de perdas e danos de origem súbita, imprevista e acidental, que o segurado venha a sofrer em consequência dos riscos cobertos.

a) Soluções semelhantes contratadas por entidades/órgãos públicos:

1. TRT4/RS - Pregão nº 90019/2024;

Valor do prêmio pago: R\$ 171.400,00;

2. PROSERGS/RS - Pregão nº 32/2024;

Valor do prêmio pago: R\$ 170.000,00.

3. Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Jacareí/SP - Pregão nº 015/2024;

Valor do prêmio pago: R\$ 180.000,00.

4. TRE/BA - Pregão nº 90053/2024

Valor do prêmio pago: R\$ 53.900,00;

5. TRT18/GO - Pregão nº 90065/2024

Valor do prêmio pago: R\$ 84.500,00;

6. JF/PA - Pregão nº 90011/2024

Valor do prêmio pago: R\$ 25.000,00;

7. BACEN - Pregão nº 30035/2024

Valor do prêmio pago: R\$ 295.000,00;

8. Assembleia Legislativa/RS - Pregão nº 34/2024

Valor do prêmio pago: R\$ 74.285,48.

b) Vantagens:

A apólice única proporciona a racionalização dos procedimentos administrativos e possível redução do prêmio a ser pago tendo em vista a menor exposição total ao risco assumida pela seguradora.

Os seguros do tipo riscos nomeados apresentam maior flexibilidade por ser possível adicionar coberturas específicas conforme as necessidades do segurado, tornando o seguro mais personalizado. Geralmente, este tipo de seguro pode ser mais econômico, pois cobre apenas os riscos nomeados, evitando custos adicionais de coberturas desnecessárias.

A forma de contratação da cobertura básica a Primeiro Risco Relativo, poderá proporcionar a participação de mais seguradoras na licitação e reduzir o preço do prêmio na apólice, sem que isso implique em maior exposição ao risco pelo TRF 3ª Região.

c) Desvantagens: Possibilidade de rateio em caso de sinistro com prejuízos superiores ao valor declarado, resultando em uma indenização menor que o prejuízo real.

Fontes:

- https://www.bcb.gov.br/Adm/Edital/pregaoe/ADCUR0352024/arq02_ADCUR0352024.pdf

- <https://www.allianz.com.br/seguros/veja-outros-seguros/grandes-riscos/riscos-nomeados.html>

- https://www.gov.br/susep/pt-br/copy_of_planos-e-produtos/seguros/seguro-de-danos

- <https://www.procon.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/02/SeguroResidencial.pdf>

Solução 2: Apólices parceladas.

a) Não foi encontrada nenhuma solução semelhante no mercado.

a) Vantagens: Não há.

b) Desvantagens: O parcelamento das apólices proporciona a descentralização dos procedimentos dificultando a gestão contratual.

Solução 3: Cobertura all-risks.

a) Não foi encontrada nenhuma solução semelhante no mercado.

b) Vantagens: Proteção abrangente para o seu bem segurado, já que cobre quase todos os tipos de danos ou perdas, exceto os que estão listados como exclusões na apólice.

c) Desvantagens: O seguro do tipo All Risks, por oferecer uma cobertura muito ampla, pode ser mais caro do que apólices que cobrem apenas riscos específicos.

Fonte:

Solução 4: Cobertura básica à primeiro risco absoluto.

a) Não foi encontrada nenhuma solução semelhante no mercado.

a) Vantagens: A principal vantagem da cobertura a primeiro risco absoluto é a garantia de indenização integral pelos prejuízos, até o limite máximo da apólice, sem necessidade de rateio. Isso significa que o segurado não precisa se preocupar em comprovar que o valor do dano está dentro do limite da apólice ou que houve um rateio de responsabilidade. Em outras palavras, a seguradora cobre todos os danos, até o limite da apólice, sem questionar o valor dos prejuízos.

c) Desvantagens: Muitas seguradoras não operam com o seguro a Primeiro Risco Absoluto para as coberturas básicas, ou, quando operam, exigem que os laudos de avaliação tenham sido emitidos por empresas especializadas e independentes. A adoção da cobertura a primeiro risco absoluto significa considerável aumento do montante de indenizações a cargo do segurador. Assim, em geral, os prêmios são maiores para esta forma de contratação.

Fontes:

- https://www.bcb.gov.br/Adm/Edital/pregaoe/ADCUR0352024/arq02_ADCUR0352024.pdf
- <https://www.allianz.com.br/seguros/veja-outros-seguros/grandes-riscos/riscos-nomeados.html>
- https://www.gov.br/susep/pt-br/copy_of_planos-e-produtos/seguros/seguro-de-danos
- <https://www.procon.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/02/SeguroResidencial.pdf>

3.2. Indicação e justificativas da escolha do tipo de solução a contratar

3.2.1. Nome da solução mais vantajosa, técnica e economicamente, dentre as analisadas.

Solução 1

3.2.2. Justificativa técnica e econômica da escolha.

Concluiu-se como vantajosa a manutenção da modelagem de contratação de seguro patrimonial atualmente utilizada pelo TRF 3ª Região cuja apólice encontra-se vigente e que corresponde as características da solução 1. Vantajosa economicamente, pois a possibilidade de contratar o seguro conforme as demais soluções mostra que o valor do prêmio seria demasiadamente alto e tecnicamente, pois através do levantamento de mercado constatou-se que as escolhas que compõem a solução 1 são as usualmente utilizadas nas contratações recentes de mesmo objeto por outros órgãos públicos, cancelando tal opção.

4. Descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto

Trata-se de prestação de serviços de seguro patrimonial para os imóveis, bem como os seus conteúdos, em uso pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, conforme locais indicados a seguir:

1. EDIFÍCIO SEDE - Av. Paulista, 1842 – Torre Sul – Cerqueira César – São Paulo/SP;
2. TORRE NORTE - Avenida Paulista, 1842, Torre Norte, Conjuntos 115 a 118; 135 a 138; 195 a 198; e 225 e 227, Bela Vista, CEP 01310-936, São Paulo/SP;

A prestação do serviço deverá englobar todas as etapas do serviço de seguro: emissão e entrega da apólice em conformidade com o TR e anexos; realização de cotações de endossos; realização de eventuais endossos (inclusões, exclusões de bens); acompanhar, in loco, a eventual ocorrência de sinistro, designando representante para manter contato com o órgão; indenizar eventuais danos cobertos pelo seguro contratado.

A modalidade de seguro adotada consiste na oferta do prêmio pelo Limite Máximo de Indenização (LMI) único, optando-se pelo maior valor de risco declarado, recorrendo ao Instituto de Resseguro do Brasil (IRB) ou outra resseguradora, caso seja necessário, com a emissão de **apólice única**. A contratação terá como limite máximo de indenização o valor correspondente ao maior valor em risco dos imóveis do TRF 3, bem como seu conteúdo.

A contratação atual e vigente já prevê as seguintes coberturas, tanto básica como acessórias, e julgou-se

pertinente mantê-las.

A **cobertura básica** engloba riscos contra:

- Incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza:

- a) incêndio de qualquer natureza, inclusive decorrente de Tumultos independente do local de sua origem;
- b) queda de raio, desde que ocorrida dentro da área do terreno onde estiverem localizados os bens segurados e tenha deixado vestígios físicos inequívocos de sua ocorrência, que caracterizem o local do impacto;
- c) explosão de quaisquer aparelhos, substâncias ou produtos inerentes ou não à indústria ou ao negócio do Segurado, onde quer que a explosão se tenha originado;
- d) implosão de aparelhos/equipamentos/tanques/silos metálicos, de propriedade do segurado, e/ou de propriedade de terceiros, sob a responsabilidade do segurado, bem como danos causados aos bens segurados decorrentes de implosão de prédios e/ou estruturas de construções civis ocorridas na vizinhança.

O seguro a ser contratado deverá, ainda, prever as regras para inclusão e exclusão de imóveis e os procedimentos a serem realizados no caso de ocorrer um sinistro.

Além disso, deve garantir indenizações por prejuízos decorrentes das seguintes **coberturas acessórias**:

- Danos elétricos:

a) perdas e/ou danos físicos diretamente causados a quaisquer máquinas, equipamentos ou instalações eletrônicas ou elétricas devido a variações anormais de tensão, curto-circuito, arco voltaico, calor gerado acidentalmente por eletricidade, descargas elétricas, eletricidade estática ou qualquer efeito ou fenômeno de natureza elétrica, inclusive a queda de raio ocorrida fora do local segurado, além de óleo isolante elétrico, isoladores elétricos, armários metálicos de painéis elétricos e eletrodutos diretamente afetados pelos riscos cobertos.

- Queda de aeronave ou quaisquer outros engenhos aéreos ou espaciais:

a) avarias, perdas e danos materiais de origem súbita, imprevista e acidental causadas aos bens segurados, diretamente ocasionadas por queda de aeronaves ou quaisquer outros engenhos aéreos ou espaciais, ou quaisquer objetos que sejam parte integrante dos mesmos ou por eles conduzidos.

- Vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo e fumaça:

a) avarias, perdas e danos materiais de origem súbita, imprevista e acidental causadas aos bens segurados e diretamente ocasionadas por vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, tsunami, erupção vulcânica ou fumaça.

- Quebras de vidros e anúncios luminosos:

a) quebra causada por imprudência ou culpa de terceiros, ou por atos involuntários do segurado, de membros de sua família, ou de seus empregados e prepostos;

b) quebra resultante da ação de calor artificial ou de chuva de granizo;

c) quebra resultante da ação de Vendaval, furacão e ciclone;

d) reparo ou reposição dos encaixes dos vidros quando atingidos pelo sinistro ou remoção, reposição ou substituição de obstruções, exceto janelas, paredes e aparelhos quando necessário ao serviço de reparo ou substituição dos vidros danificados;

e) instalação provisória de vidros ou vedação nas aberturas que contenham os vidros danificados, durante o tempo necessário ao seu reparo ou à substituição.

- Impacto de veículos terrestres:

a) avarias, perdas e danos materiais de origem súbita, imprevista e acidental causadas aos bens segurados diretamente ocasionados por impacto de veículos terrestres máquinas e equipamentos de propriedade de terceiros, de propriedade do segurado, ou por ele alugados, arrendados ou financiados e por eles operados.

- Tumultos, greves e lock-out e atos dolosos:

a) avarias, perdas e danos materiais causados aos bens segurados, diretamente ocasionados pela ação destrutiva de pessoas durante a ocorrência de tumulto, greve, "lock-out", atos dolosos, vandalismo e comoção civil.

Entende-se por *tumulto* a ação de pessoas com características de aglomeração que perturbe a ordem pública por meio da prática de atos predatórios, para cuja repressão não haja necessidade de intervenção das Forças Armadas; *greve*, a paralisação do trabalho promovida por ajuntamento de 3 (três) ou mais pessoas de uma mesma categoria ocupacional, empregados do segurado, que provoque a suspensão total ou parcial da atividade do estabelecimento segurado; *lock out*, a paralisação dos serviços ou atividades de uma empresa ou empresas de atividades afins, por determinação de seus administradores ou do sindicato patronal respectivo, também denominada “greve patronal”; *atos dolosos*, o ato intencional praticado por qualquer pessoa ou grupo de pessoas, ficando o segurado obrigado a fazer a comunicação da ocorrência à autoridade policial competente, requerendo a instauração de inquérito policial; *vandalismo*, a destruição gratuita e injustificável de bens privados ou públicos e *comoção civil*, o motim, revolta ou agitação popular.

- Inundação ou alagamento:

a) entrada de água nos edifícios provenientes de aguaceiro, tromba d'água ou chuva, seja ou não consequente da obstrução ou insuficiência de esgotos, galerias pluviais, desaguadouros e similares;

b) enchentes;

c) inundação resultante exclusivamente do aumento de volume de águas de rios navegáveis e de canais alimentados naturalmente por esses rios;

d) água proveniente de ruptura de encanamentos, canalizações, adutoras e reservatórios, desde que não pertençam ao próprio imóvel segurado, nem ao edifício do qual seja o imóvel parte integrante. Consideram-se “rios navegáveis”, para fins desta cobertura, aqueles assim considerados pela Divisão de Águas do Ministério da Agricultura.

- Derrame de sprinklers:

a) perdas e/ou danos materiais causados, direta e exclusivamente, aos bens segurados, decorrente de infiltração, derrame de água ou outra substância líquida contida em instalações de chuveiros automáticos (sprinklers) e/ou na rede de hidrantes. Encontram-se também garantidos por esta cobertura os danos que venham a sofrer as instalações de chuveiros automáticos (sprinklers) e as instalações da rede de hidrantes, em consequência dos riscos garantidos.

- Responsabilidade civil:

a) danos involuntários, corporais ou materiais, causados a terceiros por negligência ou imprudência do próprio segurado, ou pessoas que estiverem sob sua responsabilidade.

A forma de contratação será a 1º (primeiro) Risco Relativo exclusivamente para a cobertura básica. Para as demais coberturas, a forma de contratação será a 1º (primeiro) Risco Absoluto.

A análise do ciclo de vida do objeto não foi realizada para esta contratação, uma vez que está pendente a regulamentação prevista art. 34, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, o que impossibilita a adoção de parâmetros objetivos para a referida análise.

O presente objeto não consta no [Catálogo Eletrônico de Padronização](#). Atualmente, os únicos itens contemplados são água mineral natural (sem gás), café e açúcar.

5. Justificativa para o parcelamento ou não da contratação

O não parcelamento do objeto para a presente contratação justifica-se ante o fato de o critério de julgamento pelo “menor preço global” mostrar-se como o mais adequado. E isso porque a modalidade adotada por este órgão - valendo-se da economia de escala, bem como do fato de que se mostra improvável a ocorrência de sinistros em todos os imóveis do Tribunal -, convencionou um valor específico (LMI Único) a título de eventual indenização a ser paga pela seguradora ao órgão em caso de sinistro, agrupando, para tanto, todos os imóveis do Tribunal num só item, tornando a contratação mais econômica para o órgão.

Ademais, é prática do mercado efetuar a contratação de seguro em apólice única com a cobertura para todos os

imóveis do Órgão/Instituição. A múltipla execução não se mostra conveniente para atender à Administração, visto que formalizando-se apenas um contrato haverá padronização na forma e entendimento acerca da ocorrência de sinistros. Um único contrato facilita a gestão/fiscalização contratual, com a centralização da comunicação e procedimentos em uma única empresa. Além disso, considerando que existe uma boa concentração de seguradoras que atuam no segmento de seguros para órgão públicos, capacitadas para atender às demandas, não haveria prejuízos em se tratando de competitividade.

6. Requisitos da contratação

6.1. Compras compartilhadas.

Não será adotada a compra compartilhada para este objeto, visto que no caso de seguro patrimonial não há o que se falar em uma contratação conjunta por ser um contrato (apólice) a depender de características determinantemente específicas de cada órgão.

6.2. Sustentabilidade. Critérios de sustentabilidade que devem ser atendidos.

Foi realizada a avaliação da real necessidade de contratação, conforme propõe o Manual de Licitações Sustentáveis da 3ª Região.

O objeto da presente contratação não consta do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, versão out/2024 (<https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-nacional-de-contratacoes-sustentaveis-2024.pdf>).

Vale acrescentar que esta contratação está em conformidade com o Item 16 do PLS da Justiça Federal da 3ª Região, no tema Contratação Pública Sustentável.

Ademais, cumpre acrescentar que, em observância a legislação atinente às melhores práticas de sustentabilidade ambiental no âmbito das contratações públicas, a Contratada deverá encaminhar as apólices e demais documentos da contratação por meio eletrônico, a fim de evitar a impressão de papel e observar as normas da Resolução CNJ nº 400/2021 e o PLS do TRF3.

A exigência de comprovação das diretrizes de sustentabilidade está restrita à fase de execução, não constituindo fator de habilitação ou julgamento.

Outrossim, durante a execução contratual, será dada preferência, para todas as comunicações que se fizerem necessárias, à utilização de mensagens via correios eletrônicos institucionais, exigindo-se que os documentos relacionados à gestão e execução contratual (notas fiscais, boletos ou faturas, certidões de regularidade fiscal, social e trabalhista e afins) sejam enviados por meio eletrônico, evitando-se, ao máximo, o uso de papel e tinta para impressora.

6.3. Definição e justificativa da natureza contínua ou não da contratação

Trata-se de serviço caracterizado como **contínuado**, cuja demanda é regular e constante, sendo sua prestação essencial para o funcionamento das atividades finalísticas do TRF-3, de modo que eventual interrupção poderia comprometer o cumprimento da missão institucional deste Tribunal.

6.4. Indicação de marcas ou modelos:

Não se aplica.

6.5. Vedação de contratação de marca/produto:

Não se aplica.

6.6. Exigência de amostra, exame de conformidade ou prova de conceito:

Não se aplica.

6.7. Exigência de carta de solidariedade no caso de fornecedor ou distribuidor:

Não se aplica.

6.8. Exigência de garantia técnica, manutenção e assistência técnica.

Não se aplica.

6.9. Prazo de validade, a depender do objeto:

Não se aplica.

6.10. Vistoria.

Não será exigida a avaliação prévia do local de execução dos serviços.

A vistoria será facultativa.

Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia, se for o caso.

A unidade responsável pelo agendamento da vistoria será a **DMAT** através do e-mail: **dmат@trf3.jus.br**, no horário das 12h às 19h.

A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6.11. Garantia de execução.

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pois a finalidade da própria contratação já é a constituição de uma garantia contra riscos.

6.12. Subcontratação:

Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto. A subcontratação é mais comum em ramos de atividades complexas, nos quais a empresa contratada não detém o conhecimento técnico para a realização de todas as etapas da obra ou serviço, o que não é o caso da presente contratação.

6.13. Utilização de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas existentes no local da execução, conservação e operação do bem, serviço ou obra.

Não se aplica.

6.14. Aplicação de margem de preferência.

Os produtos e serviços a que se aplicam as margens de preferência são aqueles definidos pela Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS e, especificados na [RESOLUÇÃO SEGES-CICS/MGI Nº 4, DE 18 DE OUTUBRO DE 2024](#), alterada pela [RESOLUÇÃO CICS/MGI Nº 7, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024](#), que atualizou a relação dos produtos manufaturados nacionais que serão objeto de margens de preferência normal e adicional.

De acordo com os anexos da resolução em referência, entende-se que o objeto desta contratação não integra a lista de itens habilitados à aplicação de margem de preferência.

Cabe destacar que, *s.m.j.*, a adoção da margem de preferência pelo Poder Judiciário requer normatização específica, uma vez que o §4º do artigo 3º do decreto mencionado determina que "os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os demais Poderes da União poderão adotar as margens de preferência estabelecidas pelo Poder Executivo Federal".

6.15. Participação na disputa

I - Participação de ME/EPP/Equiparadas

Não é cabível a participação exclusiva de ME/EPP, pois o valor estimado da contratação pretendida supera o montante estabelecido, nos termos do artigo 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e artigo 6º do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015. Não é cabível a aplicação da cota reservada, na presente contratação, pois trata-se de prestação de serviços e o benefício disposto no art. 48, inciso III, da Lei Complementar 123/2006 se aplica somente a bens de natureza divisível. Ressalta-se que a intenção do legislador em excluir os serviços da cota reservada é clara, pois a redação original do dispositivo previa expressamente a sua aplicação também para serviços, que foram excluídos na redação dada pela Lei Complementar 147/2014.

Essa mesma interpretação é adotada na última edição do manual de licitações e contratos do TCU:

O art. 4º da Lei 14.133/2021 preservou o tratamento favorecido e diferenciado para as ME/EPP nas licitações públicas (disciplinado nos arts. 42 a 49 da LC 123/2006/654), a ser aplicado independentemente de previsão no edital de licitação. Os benefícios previstos são os seguintes:

(...)

e) reserva de cotas de no máximo 25% do objeto em licitações para aquisição de bens (não se aplica a obras e serviços) de natureza divisível. Aplica-se aos objetos com valor estimado maior que R\$80.000,00, mas não impede a contratação de ME/EPP na totalidade do objeto". O edital deverá prever que, na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal. Além disso, se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

II - Participação de pessoas físicas.

Não será permitida a participação de pessoas físicas. A execução de tal objeto é incompatível com a natureza profissional da pessoa física, observado o art. 4º, § único, da [IN SEGES n.º 116/2021](#), pois trata-se de prestação de serviços de seguro patrimonial cujo mercado é regulado pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, ou seja, somente companhias seguradoras autorizadas a operar pela SUSEP podem comercializar apólices de seguro.

III - Participação de cooperativas.

Não há nenhuma característica inerente ao objeto que implique na necessidade de subordinação jurídica, pessoalidade ou habitualidade entre os obreiros e a empresa contratada. Assim, avalia-se que deve ser **permitida a participação de cooperativas**, tendo em vista que optar pela vedação poderia diminuir a competitividade do certame licitatório.

IV - Participação de consórcios.

Tendo em vista que o mercado de seguros não apresenta grande concentração, havendo diversas empresas capazes de participar da licitação, e visando ampliar a competitividade do certame, **será admitida a participação de consórcios.**

6.16. Forma de seleção do fornecedor

A) Seleção do fornecedor mediante contratação direta

Não se aplica.

B) Seleção do fornecedor mediante licitação

B.1. Forma de realização da licitação na forma presencial.

A forma de realização da licitação será a **forma eletrônica**, conforme parágrafo 2º, art. 17 da Lei n.º 14.133/2021 e art. 31 da Resolução PRES 587/2023.

B.2. Indicação motivada da natureza do objeto (comum ou especial) e a modalidade de licitação respectiva.

O objeto da presente licitação é de **natureza comum**, possuindo padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo Edital, por meio de especificações usuais de mercado, e será licitado por meio de pregão eletrônico.

B.3. Indicar e justificar a adoção ou não do Sistema de Registro de Preços - SRP.

Neste caso, o objeto da presente contratação não se enquadra nas características consideradas cabíveis para a adoção do Sistema de Registro de Preços.

B.4. Critério de julgamento da licitação

O critério de julgamento adotado será o de **menor preço**, compatível com o objeto a ser licitado e que leva em conta o menor dispêndio para a Administração Pública, considerando que trata-se de objeto de natureza comum, para o qual é suficiente que sejam atendidos os parâmetros mínimos de qualidade estabelecidos no Edital, tendo como vencedora a proposta que oferecer o valor nominal, literal e expresso mais baixo entre os licitantes no pregão, propiciando mais objetividade no certame.

B.5. Modo de disputa: Modo de disputa aberto, Modo de disputa aberto e fechado e Modo de disputa fechado e aberto.

A principal diferença entre os modos de disputa aberto e aberto/fechado reside na possibilidade de os fornecedores, no modo aberto/fechado, apresentarem um último lance na etapa final. Esta dinâmica é mais adequada para contratações que envolvem diversas variáveis na composição do preço, permitindo uma análise mais criteriosa das propostas e a obtenção de melhores condições comerciais. No entanto, o objeto desta licitação trata-se de um item comum no mercado, com preços estáveis e que não requerem análises complexas para a determinação do valor. Desta forma, a fim de agilizar o processo licitatório, optou-se **pelo modo de disputa aberto** para a contratação em apreço.

B.5.1. Intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, e será estabelecido em qualquer dos modos de disputa.

Considerando a inexistência de regra específica que determine os parâmetros a serem utilizados para a estipulação de intervalo mínimo de diferença de valores entre lances, o que depende de diversos fatores, dentre os quais a natureza e a complexidade do contrato, a escala de fornecimento, competitividade do mercado e o histórico de licitações anteriores, com fundamento nos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, foi adotado o percentual de **0,1% do valor da contratação**, resultando em um intervalo de **R\$ 200,00**, acreditando-se ser suficientemente capaz de estimular lances competitivos, promovendo mais eficiência e evitando uma competição prolongada, sem prejudicar a escolha da proposta mais vantajosa para a Administração.

B.6. Exigência de planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como com o detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), quando for o caso.

Não se aplica.

B.7. Indicação de documentos necessários à aceitabilidade da proposta.

Não se aplica.

B.8. Elaboração do cronograma físico-financeiro.

Não se aplica.

B.9. Inversão das fases de habilitação e de julgamento das propostas.

Não se vislumbra nenhum benefício advindo da inversão das fases de habilitação e julgamento das propostas na presente contratação, visto se tratar de objeto comum, amplamente disponível no mercado, para o qual o fluxo padrão do procedimento licitatório é satisfatório.

B.10. Indicação e justificativa do critério de adjudicação da contratação

O critério de adjudicação adotado será o **global**, em consonância com o **não parcelamento** da solução, conforme justificado no item 5 deste instrumento.

C. Garantia de proposta.

Não se aplica.

6.17. Critérios de seleção do fornecedor.

A) Critério de aceitabilidade dos preços.

Na presente contratação não serão aceitos valores acima do estimado pela Administração.

B) Exigências de habilitação.

B-1) Habilitação Técnica

Qualificação técnico-operacional

a) Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

- Os atestados deverão comprovar a prestação de serviços de seguro patrimonial.

Justificativa: A exigência de atestados decorre da necessidade de comprovar que a licitante possui capacidade para o desempenho de atividade compatível com o objeto da contratação.

b) Somatório.

Será admitido, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante.

B-2) Habilitação econômico-financeira

a) Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da IN SEGES/ME nº 116/2021), ou de sociedade simples;

b) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

Justificativa: a exigência se justifica pelo fato de o objeto do contrato ser um serviço de natureza continuada. Considerando a possibilidade de uma empresa em situação de falência não conseguir manter a prestação desse serviço de forma ininterrupta, a Administração Pública busca garantir a continuidade do atendimento e evitar prejuízos decorrentes de interrupções no serviço.

B-3) Habilitação jurídica - registro ou autorização para funcionamento, em razão de previsão legal ou

normativa, quando for o caso.

Ato de autorização para o exercício da atividade de operar no mercado segurador brasileiro no ramo patrimonial, expedido por Superintendência de Seguros Privados – SUSEP nos termos do art. 36º do Decreto-Lei nº 73/1966.

6.18. Formalização e prazo de duração/vigência do contrato

A formalização da contratação se dará por meio de **Termo de Contrato**, com duração de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

6.19. Definição do índice de reajuste.

Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

Após o interregno de um ano, desde que haja requerimento do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade. O índice de reajuste adotado deve-se a inexistência de um índice setorial.

6.20. Regime de execução dos serviços

O regime de execução dos serviços será o regime de empreitada por preço **global**, pois a contratação da execução do serviço será realizada por meio do preço certo e total do prêmio a ser pago.

6.21. Matriz de riscos.

Para os fins dos presentes autos, com base no aspecto discricionário conferido à Administração por não se tratar de nenhuma das hipóteses de obrigatoriedade do art. 22 da Lei 14.133/2021, entende-se que neste caso é dispensável a adoção de matriz de riscos, visto que não se trata de objeto de características técnicas complexas ou de grande vulto. Ainda assim, consigne-se que as informações necessárias e suficientes ao pleito, capazes de maximizar o interesse público, provendo a devida segurança transacional, encontram-se nos artefatos documentais que compõem a instrução processual.

6.22. Instrumento de Medição de Resultados ou instrumento equivalente para avaliar a mensuração de resultados e/ou adequação do objeto prestado.

Não se aplica.

6.23. Remuneração variável do contratado.

Não se aplica.

6.24. Antecipação de pagamento.

Não se vislumbra vantagem ou necessidade de antecipação de pagamento para a execução dos serviços em tela.

6.25. Contratação de serviços de manutenção e assistência técnica

Não se aplica.

6.26. Exigência de manutenção do preposto da empresa no local da execução do objeto

O contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, no prazo de **5 (cinco)** dias a contar da assinatura do contrato, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

Não haverá exigência de manutenção do preposto no local da execução dos serviços.

6.27. ETP - contratação com dedicação exclusiva de mão de obra

Não se aplica.

6.28. ETP - contratação de obras e serviços de engenharia.

Não se aplica.

6.29. ETP - Adesão a Ata de Registro de Preços - ARP.

Não se aplica.

6.30. Transferência de conhecimento - transição contratual

Não será necessária a transferência de conhecimento para a transição contratual.

6.31. Outros requisitos:

6.31.1. Características dos imóveis:

6.31.1.1. EDIFÍCIO SEDE (TORRE SUL)

Localização: Av. Paulista, 1842 – Torre Sul – Bela Vista – São Paulo/SP.

Destinação e ocupação: prédio público de propriedade do TRF 3 - CNPJ 59.949.362/0001-76, com gabinetes e escritórios.

Características básicas:

- tipo de construção: alvenaria com estrutura em concreto armado e fachadas envidraçadas com esquadrias de alumínio anodizado;
- área construída: 45.483,04 m2 (quarenta e cinco mil quatrocentos e oitenta e três inteiros e quatro milésimos de metros quadrados);
- número de pavimentos: 26 (vinte e seis) pavimentos, térreo,ático e 3 (três) subsolos;
- piso elevado com solução de cabeamento estruturado.

Sistemas de segurança:

- Extintores;
- Hidrantes;
- Sprinklers;
- Registro de recalque;
- Reserva de Incêndio;
- Sistema de alarme por detecção de fumaça e/ou calor e por acionamento manual;
- Escadas de Incêndio com pressurização;
- Portas corta-fogo com eletroimã;
- Geradores de energia de emergência;
- Iluminação de Emergência;
- Brigada de incêndio com bombeiros profissionais civis 24 horas por dia;

- Postos de vigilância própria armada e terceirizado, 24 horas por dia;
- Monitoramento predial interno/externo por circuito fechado de televisão;
- Sistema de detecção precoce, alarme e supressão de incêndio com gás inerte Ecaro 25 – sala de equipamentos CFTV (1º subsolo) Sala de maquinas CPD e PABX (10º andar);
- Sistema de controle de acesso eletrônico com inspeção de segurança por meio de equipamentos de scanner de bagagem e pórticos detectores de metais.

6.31.1.2. TORRE NORTE

Localização: Avenida Paulista, 1842, Torre Norte, Conjuntos 115 a 118; 135 a 138; 195 a 198; e 225 e 227, Bela Vista, CEP 01310-936, São Paulo/SP.

Destinação e Ocupação: prédio comercial com escritórios.

Características básicas:

- tipo de construção: alvenaria com estrutura em concreto armado e fachadas envidraçadas com esquadrias de alumínio anodizado;
- área construída: 4.287,50 m² (quatro mil duzentos e oitenta e sete e cinquenta centésimos de metros quadrados);
- 11º andar – conjuntos **115 a 118** (próprios) CNPJ 59.949.362/0001-76 ;
- 13º andar – conjuntos **135 a 138** (próprios) CNPJ 59.949.362/0001-76;
- 19º andar – conjuntos **195 a 198** (próprios) CNPJ 59.949.362/0001-76;
- 22º andar – conjuntos **225 e 227** (próprios) CNPJ 59.949.362/0001-76.

Sistemas de segurança:

- Extintores;
- Hidrantes;
- Sprinklers;
- Registro de recalque;
- Reserva de Incêndio
- Sistema de alarme por detecção de calor e por acionamento manual;
- Escadas de Incêndio com pressurização;
- Portas corta-fogo com eletroímã;
- Geradores de energia de emergência;
- Iluminação de Emergência;
- Brigada de incêndio com bombeiros profissionais civis 24 horas por dia;
- Postos de vigilância própria armada e terceirizado, 24 horas por dia;
- Monitoramento predial interno/externo por circuito fechado de televisão;
- Elevador de emergência.

6.31.1.3. Nos imóveis existem, eventualmente, bens em desusos/inservíveis que, uma vez identificados, são submetidos a processos contínuos de desfazimento. Tais bens não serão cobertos pelo seguro.

6.31.1.4. No Edifício-Sede estão em andamento as seguintes reformas, sem acréscimo de área:

- instalação de elevador para acesso do mezanino;
- reforma do vestiário da Secretaria de Segurança;
- instalação de novo CPD.

Os demais edifícios ocupados não possuem reformas em andamento.

6.31.2. Valores em Risco:

Item	Imóveis	Proprietário/Situação	CNPJ/CPF	Valor dos bens imóveis	Valor dos bens móveis - MMU	Valor Total	Percentual de cada localidade
1	EDIFÍCIO SEDE - Av. Paulista, 1842 – Torre Sul – Cerqueira César – São Paulo/SP.	Tribunal Regional Federal da 3ª Região PRÓPRIO	59.949.362/0001-76	R\$ 262.701.038,28	R\$ 37.142.686,34	R\$ 299.843.724,62	91,83%
2	TORRE NORTE - Av. Paulista, 1842 – Conjuntos 115 a 118; 135 a 138; 195 a 198; e 225 e 227 - Cerqueira César - São Paulo/SP.	Tribunal Regional Federal da 3ª Região PRÓPRIOS	59.949.362/0001-76	R\$ 18.584.297,37	R\$ 8.088.887,52	R\$ 26.673.184,89	8,17%
					VALOR TOTAL EM RISCO	R\$ 326.516.909,51	100%

6.31.2.1. Os imóveis tiveram seus valores atualizados (custo de reconstrução) estimativamente até janeiro de 2025 com utilização da Tabela Referencial para Seguro de Edificações AABIC - SINDUSCON/SP., conforme Planilha - Atualização do Custo de Reconstrução (11679821).

6.31.2.1.1. Conforme Manifestação 11895523, a planilha supracitada foi revisada e o "Adicional de imprevisibilidade" foi removido. Os valores da tabela acima foram **atualizados** conforme a **Planilha revisada (11895164)**.

6.31.2.2. Os bens móveis estão distribuídos nos espaços utilizados pelo Tribunal conforme Planilha valores para seguro predial (11645247).

6.31.2.3. O valor declarado dos bens móveis foi calculado utilizando-se o SIMAP, que apresenta o valor líquido atual, com o abatimento da depreciação, calculado mês a mês, de acordo com a vida útil do bem, ou seja, quando o bem chega ao final da vida útil, ele não deprecia mais e fica no valor residual.

6.31.2.4. Os valores dos bens móveis englobam todos os bens pertencentes ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região e mesmo que não especificados deverão estar cobertos pelo seguro a ser contratado.

6.31.3. Coberturas do seguro:

ITEM	COBERTURA	LIMITES MÁXIMOS DE INDENIZAÇÃO	FRANQUIAS
------	-----------	--------------------------------	-----------

1	Cobertura básica: Incêndio, inclusive decorrente de tumultos, queda de raio e explosão de qq natureza	R\$ 299.843.724,62	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 10.000,00;
	Coberturas acessórias:		
2	Alagamento e Inundação	R\$ 2.068.921,70	15% do valor dos prejuízos com o mínimo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais);
3	Danos elétricos	R\$ 16.401.451,74	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo, R\$ 10.000,00
4	Queda de aeronave ou quaisquer outros engenhos aéreos ou espaciais.	R\$ 23.207.904,29	10% do valor dos prejuízos com o mínimo de R\$ 1.000,00 (mil reais);
5	Vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo e fumaça.	R\$ 15.831.748,66	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo, R\$ 5.000,00
6	Quebra de vidros, espelhos, mármore e granitos e anúncios luminosos	R\$ 89.953,12	10% do valor dos prejuízos com o mínimo de R\$ 1.000,00 (mil reais);
7	Impacto de veículos terrestres	R\$ 7.915.874,33	10% do valor dos prejuízos com o mínimo de R\$ 1.000,00 (mil reais);
8	Tumultos, greve e lock-out, atos dolosos, vandalismo e comoção civil.	R\$ 2.038.937,33	15% dos prejuízos indenizáveis com mínimo, R\$ 10.000,00
9	Derrame de sprinklers	R\$ 269.859,35	10% do valor dos prejuízos com o mínimo de R\$ 1.000,00 (mil reais);
10	Responsabilidade Civil Estabelecimentos Comerciais E/Ou Industriais	R\$ 809.578,06	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo, R\$ 3.000,00

6.31.3.1. O **Limite Máximo de Indenização (LMI)** total é de **R\$ 299.843.724,62** que corresponde ao maior valor em risco declarado, no caso o do EDIFÍCIO SEDE - Torre Sul.

6.31.3.2. Quanto a forma de contratação:

6.31.3.2.1. Para a *cobertura básica* (Incêndio, inclusive resultante de Tumultos, Queda de Raio, Explosão de qualquer natureza) será aplicado o seguro a Primeiro Risco Relativo. A seguradora responderá pelos prejuízos cobertos até o limite máximo de indenização especificado na apólice, desde que o Valor em Risco Declarado (VRD) seja igual ou superior a 80% (oitenta por cento) do Valor em Risco Apurado (VRA) no momento do sinistro. Caso contrário, correrá por conta do segurado, na forma de rateio, a parte proporcional dos prejuízos correspondente à diferença entre o Valor em Risco Apurado (VRA) no momento do sinistro e o Valor em Risco Declarado (VRD) na apólice.

6.31.3.2.2. Para as *coberturas acessórias* será aplicado o seguro a Primeiro Risco Absoluto. A Seguradora responderá integralmente pelos prejuízos cobertos independentemente dos Valores em Risco dos objetos segurados, até os respectivos Limites Máximos de Indenização estabelecidos na Especificação da Apólice, e observadas as demais cláusulas e condições da Apólice, bem como o Limite Máximo de Garantia da mesma.

6.31.3.2.3. A determinação dos prejuízos indenizáveis será calculada pelo Valor de Novo correspondente ao conserto, reconstrução ou substituição no mesmo tamanho, tipo, capacidade e qualidade do bem sinistrado.

6.31.4. Experiências de sinistros:

6.31.4.1. Edifício Sede:

- 20/04/2001 – quebra de vidros devido a tumulto com indenização de R\$ 28.798,72;
- 11/07/2006 – danos elétricos com indenização de R\$ 7.373,60;
- 05/03/2013 – danos elétricos na cabine de barramento de energia de R\$ 236.665,46;
- 04/04/2013 – impacto de veículo terrestre no trecho bus-way de R\$ 141.070,00.

7. Estimativa das quantidades para a contratação

A estimativa da quantidade de imóveis e seus conteúdos a serem cobertos pelo seguro foi informada por meio dos documentos: DFD - Lei 14.133/2021 - Res. PRES 587/2023 10406781, Encaminhamento 10589714; Informação 11645243, Planilha valores para seguro predial (11645247), Encaminhamento 11665857, Informação 11675074, distribuídos conforme tabela do *subitem* 6.31.2.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	Serviços de seguro predial para imóveis (prédio e conteúdo) em uso pelo TRF 3ª Região. CATSER: 13.943	serviço	01

8. Estimativa do valor da contratação

Em conformidade com a Instrução Normativa SEGES/ME Nº 65, de 7 de julho de 2021 foi conduzida uma pesquisa de preços por meio do Sistema de Banco de Preços, doc. 11743401, buscando licitações similares de outras instituições públicas para identificar possível parâmetro dos valores em risco com os prêmios pagos, ciente de que as características de cada local, atividade e conservação do imóvel são determinantes para o estabelecimento do prêmio a ser pago pelo seguro. Além disso, foram também pesquisados os quatro últimos contratos do próprio órgão, TRF3ª Região, conforme doc. 11747439.

Ademais, ampliou-se a pesquisa de preços através de e-mails enviados às seguradoras supracitadas com o intuito da obtenção de uma estimativa mais próxima da demanda do TRF 3, o que no caso de serviços de seguro predial mostrou-se fundamental perante à peculiaridade, conforme demonstrado em Pesquisa de Preços - Fornecedores (11714460) e (11745879).

A pesquisa de preços (11988473, 11988483 e 11988488), bem como o mapa comparativo (11889762) foram refeitos.

8.1. Orçamento estimado sigiloso.

O orçamento sigiloso é indicado para licitações nas quais há maior probabilidade de ocorrência do chamado "efeito âncora", no qual o valor estimado pela administração acaba por induzir os participantes do certame a darem lances acima ou abaixo do que fariam sem uma referência. Conclui-se que tal risco é baixo na presente contratação, motivo pelo qual não será adotado.

9. Demonstrativo dos resultados pretendidos, em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis

Um serviço prestado com eficiência e em tempo hábil, a fim de que o Tribunal seja prontamente atendido, tanto na fase de emissão da apólice, quanto no atendimento e indenização em caso de sinistro, assegurando-se, com isso, um acautelamento do órgão em relação aos riscos inerentes a eventuais danos a seus imóveis e móveis, , protegendo assim o patrimônio público.

10. Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, tais como adaptações no ambiente do órgão ou da entidade, necessidade de obtenção de licenças, outorgas ou autorizações, capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual

Não serão necessárias medidas a serem adotadas com relação a adaptações de ambientes, de aquisição de licenças, bem como de capacitação de servidores para a fiscalização e gestão contratual.

11. Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável.

Observou-se no planejamento da presente contratação o equilíbrio entre viabilidade, preço, competitividade e impacto ambiental, segundo estabelece o art. 5º da Lei 14.133/2021. Para este objeto não há a geração de impactos ambientais significativos.

12. Enquadramento do objeto - aquisições

Não se aplica.

13. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina

Com base nas informações e documentos analisados, conclui-se que a contratação demonstra-se adequada para o atendimento da necessidade a que se destina?

(X) Sim.

() Não. Justificativa:

14. Classificação do ETP

(X) Público

() Sigiloso. Justificativa:

15. Assinaturas



Documento assinado eletronicamente por **Ismael Antonio de Paula, Diretor(a) da Divisão de Planejamento das Contratações**, em 16/05/2025, às 18:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Mário Seiji Kavamura, Diretor da Secretaria da Administração**, em 16/05/2025, às 19:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Jessica Gavazza Bastos, Diretor(a) da Subsecretaria de Aquisições e Contratações**, em 19/05/2025, às 09:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **11889703** e o código CRC **FD853FA6**.